



OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A GESTÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PRESENTE EM ESPAÇO PERIURBANO ¹

CARDOSO, Oséias²

RESUMO

A paisagem materializada pelo processo de urbanização coloca a cidade em evidência no que consiste em cuidados para com espaços livres que possam proporcionar conforto ambiental. As áreas verdes existentes no espaço urbano são consideradas por alguns autores um elemento fundamental para qualidade de vida da sociedade. Embora existam vários tipos de áreas protegidas, na presente pesquisa será analisado o contexto da paisagem que envolve as unidades de conservação, em especial o Parque Municipal Gralha Azul-PMGA, localizado na periferia da cidade de Campo Mourão – Paraná. Observando as condições inadequadas de gestão das unidades de conservação localizadas no espaço urbano e periurbano, a inexistência de instrumentos específicos de gestão e a influência do processo de urbanização nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi identificar as lacunas no gerenciamento dessa unidade urbana retratando o potencial biogeográfico da área, as consequências advindas da urbanização e os problemas ambientais encontrados no interior deste, como: processo de erosão, resíduos sólidos dispersos inadequadamente na área do parque; além de realçar a localização da área de pesquisa que encontra-se em uma zona limítrofe entre a floresta ombrófila mista (com Araucária), floresta estacional semidecidual e a área ecotonal com vestígios de savana arbórea (o cerrado). O método de análise integrada da paisagem e o enfoque sistêmico conduziu o raciocínio durante a pesquisa, contando com a técnica de observação e interpretação geográfica da situação atual. Através dessa análise destacamos a proposta de construção de um plano de manejo adequado às particularidades de unidades localizadas em espaço periurbano que normalize e desenvolva um processo de avaliação constante das condições ambientais dessas áreas.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade de Conservação; Espaço urbano; Gerenciamento de áreas verdes.

GEOGRAPHICAL LOOK ON THE MANAGEMENT OF THE PROTECTED AREA LOCATED IN THE URBAN SURROUNDINGS

ABSTRACT

The landscape embodied by the urbanization process puts the city in evidence if concerning about taking care of free spaces that can provide environmental comfort. The existing green

¹ Associado ao eixo Áreas verdes urbanas; o artigo está relacionado a pesquisa de doutoramento do autor no Programa de Pós-graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Professor do Departamento de Geografia da Unespar/Fecilcam- TIDE



areas in urban spaces are considered by some authors as a key element in the quality of life of society. Although there are several kinds of protected areas, the present study will analyze the context of the surrounding landscape conservation areas, in particular Parque Municipal Gralha Azul-PMGA, located in Campo Mourão - Paraná. Observing the inadequate management of protected areas located in urban and suburban spaces, the non-existence of specific tools for management and the influence of the urbanization process in this context, the main objective of this research was to identify gaps in the management of this urban unit showing the bio geographical potential of this unit, the consequences of the urbanization and environmental problems found within this, such as: process of erosion, solid waste improperly thrown in the park area; and the research also aims to highlight the location of the survey area that is lying in a neighboring space between an Araucaria forest, a semideciduous forest and ecotonal area with trace wooded savanna. The integrated analysis method of the landscape and the systemic approach led the reasoning during the research, also counting with the observation technique and the geographic interpretation of the current situation. Through this analysis we highlight the proposal of a construction of a management plan appropriate to the particularities of units located in suburban spaces to normalize and develop a process of constant evaluation of the environmental conditions of these areas.

KEYWORDS: Conservation Unit; urban space; Management of green areas.

INTRODUÇÃO

No espaço urbano a exploração econômica aponta para alguns cuidados urgentes quanto a ações que garantam as condições para padrões de produção norteados por ideais sustentáveis. A discussão voltada à gestão das áreas naturais protegidas, sua capacidade de promover equilíbrio no contexto natural e especialmente expandi-lo no que tange a qualidade de vida da sociedade humana, encaminha a pesquisa para a especificidade das unidades de conservação localizadas no espaço urbano e periurbano.

O que motivou o desenvolvimento desta pesquisa está relacionado a situações de conflito associadas aos objetivos de uso das Unidades de Conservação-(UCs) urbanas, o desencontro de informações entre gestores e população influenciada pela área protegida.

As primeiras conjecturas sobre esta temática foram delineadas através de observações realizadas em visitas ao local e conversas não formais junto a moradores dos bairros vizinhos, o que suscitou o interesse em pesquisar sobre algumas particularidades dessa área.

De acordo com Milano (2002) além de preservar belezas cênicas, paisagens bucólicas e ambientes históricos para gerações futuras, as áreas protegidas assumiram objetivos, como a proteção de recursos hídricos locais, manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, manutenção do equilíbrio climático e ecológico, preservação de recursos



genéticos, e, atualmente, constituem o eixo de estruturação da preservação in situ da biodiversidade como um todo.

Para Macedo (2003) o sistema de áreas verdes de uma cidade possui grande importância no sentido de amenizar os impactos ambientais causados pela intensa intervenção do homem sobre o meio ambiente e conseqüentemente valorizar a inter-relação homem-natureza.

As UCs urbanas são consideradas áreas especialmente protegidas, a sua presença no meio urbano as coloca em uma posição especial quanto aos propósitos de conservação dos recursos naturais e manutenção do conforto ambiental. Essa situação pode ser contemplada quando a unidade apresenta os recursos e elementos básicos para gestão adequada, com a ausência desses elementos, o contrário passa a ser uma realidade que incomoda duramente a sociedade.

Observando a condição de incertezas relacionadas às funções de unidades de conservação localizada em área urbana, o objetivo central desta pesquisa esteve associado ao fato do Parque Municipal Gralha Azul-PMGA apresentar todas as características de uma área que pode ter suas funções definidas através da instrumentalidade geográfica que, apontando as lacunas na gestão da unidade, pode colaborar para ampliar a eficácia desse procedimento.

Como eixo norteador a pesquisa contou com o enfoque sistêmico e análise integrada da paisagem porque entendemos as UCs urbanas como sistemas abertos de entrada e saída de energia, precisam ser alcançadas através da elaboração de diagnósticos que facilitem a compreensão do processo de interação dos elementos naturais e antrópicos que formam um conjunto indissociável.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em conhecer o local, caminhar pela área, tanto em seu interior como nas vizinhanças dos espaços urbano e rural, assim realizando conversas com moradores e registrando algumas imagens.

O segundo passo incidiu em leituras com a finalidade de embasamento teórico e elaboração de metodologia para desenvolvimento da pesquisa.

Através do diálogo entre as variáveis teóricas e operacionais realizou-se o diagnóstico prévio das condições físicas e da gestão da unidade, com fito de realizar algumas proposições que contribuam com o cumprimento das funções do PMGA.



DESENVOLVIMENTO

Conceitos e explicações voltadas a unidades de conservação

Entre as áreas protegidas encontram-se as Unidades de Conservação, que se apresentam como espaços territoriais com características naturais relevantes legalmente protegidas pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos.

Colaborando com esta questão Moura e Costa (2009) afirmam que desde as primeiras décadas do século XX já havia no Brasil a preocupação em estabelecer uma rede de áreas legalmente protegidas, criadas por diferentes esferas de poder.

Com base nesses fundamentos essa pesquisa será desenvolvida a partir de um tema específico, as unidades de conservação localizadas no espaço periurbano.

Segundo Correa (1999, p.7) “o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável”. Neste contexto as UCs urbanas estão inseridas nesse meio complexo onde na atualidade vive a maior parcela da população, a compreensão da situação atual e condições de manejo dessas áreas pode facilitar a definição da sua real função, tornando mais eficaz à gestão dessas unidades.

Os desafios dos governos municipais em manejar essas áreas, a falta de instrumentos, recursos e a inexistência de elementos norteadores para o manejo, estarão sendo relacionados a um fator ainda mais delicado, que se formata a partir da sociedade que se aglomera em torno dessas áreas.

Na visão de Ross (1995):

É objeto de preocupação da Geografia de hoje conhecer cada dia mais o ambiente natural de sobrevivência do homem, bem como entender o comportamento das sociedades humanas, suas relações com a natureza e suas relações socioeconômicas e culturais. É, portanto de interesse da Geografia apreender como cada sociedade humana estrutura e organiza o espaço físico-territorial em face das imposições do meio natural, de um lado, e da capacidade técnica, do poder econômico e dos valores socioculturais, de outro. (ROSS, 1995, p. 16).

Entendemos então que a ciência geográfica, pela sua versatilidade, proporciona ao geógrafo conhecimento, visão interdisciplinar e competência necessária para atuar na pesquisa de possíveis soluções para questões que envolvem essa relação dos grupos humanos com os recursos naturais.



A gestão adequada das UCs urbanas aponta para o que Nucci (1996) em sua importante contribuição no estudo de planejamento da paisagem afirma:

Dentro da linha metodológica do Planejamento da Paisagem, quando se fala em planejar com a natureza está se falando principalmente da vegetação. É a partir dela que muitos problemas serão amenizados ou resolvidos e, portanto, a cobertura vegetal, tanto em termo qualitativo como quantitativo e também sua distribuição espacial no ambiente urbano, deve ser cuidadosamente considerada na avaliação da qualidade ambiental.(NUCCI, 1996, p. 36)

O conceito de áreas protegidas apresenta grande amplitude, podendo ser usado para uma série de lugares e situações onde esteja em pauta a proteção dos recursos naturais, ou como é discutido na atualidade, a conservação da biodiversidade, embora, em alguns casos, a diversidade de espécies não seja tão importante e sim o aspecto paisagístico. A unidade de conservação - UC não deixa de ser uma área verde protegida, porém apresenta particularidades com relação à legislação ambiental, e de forma especial é resultado de evolução parcial da política ambiental no trato desse assunto.

Do ponto de vista de Milano (2002) quando um país consegue constituir um sistema de áreas destinadas à conservação, cada área desse sistema passa ser uma unidade a ser conservada. Em 1978, quando se discutia mundialmente a importância das áreas protegidas, surge em uma publicação do extinto IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, um artigo assinado por Maria Tereza Jorge Pádua, trazendo para o Brasil, de forma definitiva, a proposta de substituição, do termo genérico áreas protegidas por um mais adequado, o termo unidade de conservação.

Conforme Brito (1999) as Unidades de Conservação - UCs são áreas espacialmente definidas, terrestres ou marinhas, estaduais, federais ou municipais, criadas e regulamentadas por meio de leis ou decretos específicos. Seus objetivos são a conservação in situ da biodiversidade e da paisagem, bem como a manutenção do conjunto dos seres vivos em seu ambiente, ou seja, plantas, animais, microrganismos, rios, lagos, cachoeiras, morros, picos e outros, de maneira que possam existir sem sofrer grandes impactos das ações humanas.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC conceitua as áreas protegidas, ou unidades de conservação, como sendo:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituída pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob



regime especial de administração, à qual se aplicam garantias adequadas de proteção.(BRASIL, 2000).

Conforme essa mesma legislação as unidades são divididas em categorias, e a categoria Parque tem como objetivo básico, a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.(BRASIL, 2000).

No Brasil a constituição do conjunto de unidades de conservação existente nos dias atuais, passou e ainda passa por uma séria de situações que evidencia o quanto se avançou, e ao mesmo tempo, quanto é preciso avançar com a prática de proteção dos recursos naturais.

Aspectos metodológicos

Para o desenvolvimento da pesquisa o enfoque sistêmico baseado na análise integrada da paisagem associada à utilização de variáveis teóricas e operacionais, conduziu o raciocínio durante a pesquisa, visando assim, compreender a situação atual e a gestão da unidade investigada através do olhar geográfico.

Foi realizada revisão bibliográfica buscando embasamento teórico que possibilite a construção de base necessária para produção de diálogo com o objeto de estudo, as leituras privilegiaram temas atrelados ao papel da Geografia no campo ambiental e especificidades das UCs.

Nos trabalhos de campo foram utilizados instrumentos como mapas, imagens orbitais, equipamento fotográfico e GPS³, este último com o objetivo de fazer o levantamento de coordenadas geográficas, o material fotográfico, mapas e imagens foram úteis para promover melhor visualização das condições reais da área pesquisada.

Para retratar a situação atual foi utilizada como referência básica, a metodologia originalmente elaborada por Faria (2004). Para essa etapa da pesquisa foram realizadas algumas adaptações na metodologia, que envolveram principalmente a escolha de indicadores que possibilitem o cumprimento dos objetivos que envolvem as especificidades das unidades de conservação inseridas no espaço periurbano.

³ Sistema de posicionamento global.



O processo metodológico pressupõe o uso de indicadores ou variáveis operacionais selecionados em consonância com o objetivo de manejo da categoria da unidade a ser avaliada e princípios de sustentabilidade. A esses indicadores são atribuídos comentários que relatem à situação atual da unidade.

Os indicadores previamente selecionados são organizados através de três âmbitos de gestão:

1- Âmbito Planejamento e Ordenamento

Existência e atualidade do Plano de manejo – refere-se à existência, atualidade e uso de instrumento de planejamento que aponte as diretrizes para a gestão e manejo da unidade de conservação.

Zoneamento – refere-se à existência, conhecimento e respeito de algum delineamento físico dos recursos da área protegida, de acordo com seus atributos e a capacidade de uso de cada uma das zonas estabelecidas.

Compatibilidade dos usos com os objetivos da unidade – aspecto que está vinculado à definição conceitual da categoria de gestão, em conformidade com os padrões de classificação aceitos nacional e internacionalmente.

Programas de manejo – são importantes em qualquer processo de avaliação ou diagnóstico da gestão, pois se referem aos resultados de um processo de planejamento, podendo ser Programa de Proteção, Programas de Manutenção e Programa de Educação Ambiental.

Pesquisas e projetos – existência destes na unidade.

2- Âmbito administrativo

Administrador (Responsável) – o administrador da área é o encarregado da direção e condução da gestão da área. É muito provável que sem um responsável geral a anarquia se estabeleça, impedindo a eficiência de uso dos recursos da unidade.

Corpo de funcionários – procura estabelecer um perfil geral dos funcionários disponíveis para a gestão da unidade.

Infraestrutura – procura-se verificar se a infraestrutura existente está adequada à demanda atual e se abarca os programas e/ou atividades desenvolvidas.

Demarcação física da UC – refere-se à porcentagem do perímetro da unidade que se encontra demarcado comparado ao perímetro demarcável.



Aplicação e cumprimento de normas – reporta-se ao cumprimento das leis e normas por parte dos usuários da unidade.

Instrumento legal de criação da unidade – refere-se à existência de um instrumento jurídico específico que garanta a inalienabilidade e permanência da área protegida, segundo as Leis do estado e do município no qual esta inserida.

Apoio e participação comunitária - é definido pela existência de relação positiva entre a comunidade e a área.

Apoio e/ou relacionamento Interinstitucional - refere às relações da área com outras instituições e organizações governamentais, privadas ou comunitárias.

3- Qualidade dos Recursos Protegidos

Isolamento ou insularidade – a maior ou menor distância da área protegida de outras áreas com recursos em bom estado.

O efeito de borda - depende do tamanho e da forma dos fragmentos florestais. É menor em remanescentes maiores e com forma mais próxima de circular. As áreas da floresta perto da borda com o exterior acabam ficando mais iluminadas, mais quentes e mais secas, com isso, o equilíbrio natural fica comprometido, podendo haver perda de espécies.

Integridade de recursos hídricos presentes na unidade – num momento em que o apelo pela conservação da água é uma realidade, as áreas protegidas precisam estar inseridas neste propósito, manejando os recursos de maneira tal a resguardar tais atributos.

Forma predominante de uso do entorno – procura verificar a adequabilidade dos usos efetuados no entorno das UCs a seus objetivos de gestão, levando em consideração o espaço urbano e o espaço rural.

É importante ressaltar que também foram realizadas investigações através de entrevistas não formais junto à população residente no entorno da unidade, o intento dessa atividade esta vinculado ao desvendamento do processo de produção do espaço através da urbanização próximo dessas áreas.

A partir dos dados levantados será possível chegar a uma visão espacial das variantes operacionais da unidade pesquisada, desdobrando-se na análise conclusiva, que deve ir além da qualidade ou eficácia da gestão, mas na compreensão das causas da fragilidade do processo de gestão.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Informações gerais sobre o PMGA

Para melhor compreensão ao leitor foram reunidas informações gerais relacionadas ao PMGA, em uma ficha técnica (Tabela 1), que compreende aspectos de localização, tamanho e condições atuais da área.

Tabela 1: Ficha Técnica da Unidade de Conservação

Unidade de Conservação	Parque Municipal Gralha Azul
Endereço	Rua Ágata, Conjunto Habitacional Diamante Azul. Campo Mourão – PR
Unidade Gestora	Município
Endereço da sede	
Superfície da UC (ha)	63.251,41 m ²
Município	Campo Mourão
Estado	PR
Coordenadas Geográficas	Lat.: 24°00'19" à 24°00'34"S Long: 52°21'05" à 52°20'53"O
Data da criação	13 de março de 2001
Limites	Norte: Conjunto habitacional Sul: Conjunto Habitacional Leste: Terras Particulares (rural) Oeste: Colégio Estadual Ivone Castanharo
Vegetação	Floresta Estacional Semidecidual e Ombrófila Mista
Atividades desenvolvidas	Conservação de recursos naturais.



Conflitos existentes	Irregularidade relacionada à galeria pluvial do entorno, acarretando danos ambientais ao parque; Uso Público informal.
Atividades de uso público	Pesquisas.

Fonte: Cardoso, 2013

O PMGA está localizado no Terceiro Planalto Paranaense ou Planalto de Guarapuava. Cerca de dois terços da área do território paranaense são constituídos por esse planalto, que se localiza a oeste da Escarpa da Esperança até o rio Paraná. A unidade situa-se mais precisamente no planalto de Campo Mourão, que se estende entre os rios Ivaí, Piquiri e Paraná, na Microrregião de Campo Mourão conforme mapa de localização (Figura 1).

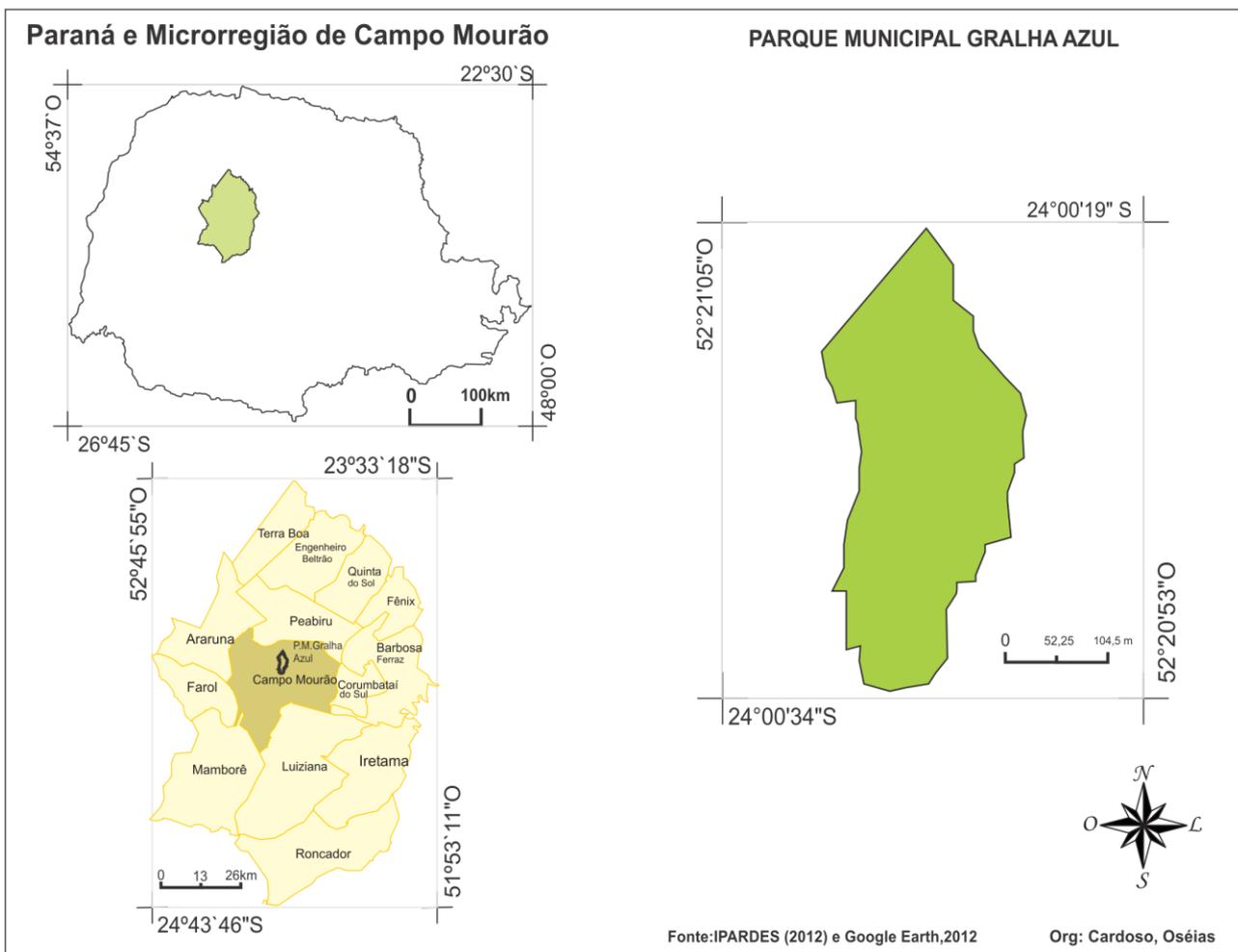


Figura 1- Mapa de localização do PMGA.

Maack (1968) caracteriza a localização do município a 629 metros acima do nível do mar. A maior altitude da área encontra-se na localidade do Alto São João, segundo o IBGE possui cota de 718 metros.

O município de Campo Mourão fica a 477 Km da capital paranaense, Curitiba. As principais vias de acesso do município são as BR 369, BR 158, BR 487 e BR 272, apresentadas atualmente em estado de conservação apropriado.

O PMGA localiza-se entre o espaço urbano e rural (Figura 2), se tratando do meio urbano a unidade faz divisa com o Conjunto Habitacional Diamante Azul e proximidades dos Jardins Tropical e Aeroporto. As principais vias de acesso ao parque são: rua Brilhante, rua Esmeralda, rua Rubi, rua Topázio, rua Ágata, rua Turmalina e rua dos Cristais.



A unidade leva o nome de uma das aves símbolo do estado do Paraná. A Gralha Azul (*Cyanocorax caeruleus*) é um ícone do Paraná, semeadora do pinheiro paranaense (*Araucária angustifolia*), e foi declarada ave símbolo do Paraná pela Lei Estadual nº 7.957 de 21 de novembro de 1984.



Figura 2- Vista parcial do PMGA (espaço periurbano)

Fonte: Google Earth- modificado por Cardoso, 2013

Essa área protegida teve origem a partir da junção do lote 127 – H, com 20.973 m², a área verde do Conjunto Habitacional Diamante Azul (lote 127 – I), que apresentava uma extensão de 42.278,41 m², totalizando uma área de 63.251,41 m².

O primeiro documento que caracterizou a área como parque municipal, foi concedido pelo Decreto 2.262 de março de 2001, tendo como finalidade “conciliar a efetiva proteção da biodiversidade, em especial, remanescentes de flora e fauna, bem como a manutenção da paisagem natural local, tendo como objetivo a sua destinação para fins educativos, científicos, culturais e recreativos da população”. (Art. 3º, Decreto nº 2.262, de 13 de março de 2001).

O mesmo dispõe também sobre a administração, supervisão e manutenção do Parque, a qual fica a cargo do Município de Campo Mourão, através da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente; podendo ser afirmados convênios com órgãos e entidades públicas e privadas que visem à consecução dos objetivos de proteção e conservação.



A presença da vegetação de Cerrado nas adjacências do PMGA traz para esta pesquisa um ponto de diferenciação no tocante a diversidade e de estratégias de gestão. Maack (1968), diz que os cerrados nessa região são relictos de um período passado, por serem considerados atípicos, baseando-se nos fatores climáticos que não condizem com a realidade atual. Ab'Sáber (2003) afirma que quando tratamos de relictos, nos referimos à espécie vegetal encontrada em uma localidade específica e circundada por vários trechos de outro ecossistema.

Salvo a particularidade do relictos de Cerrado a vegetação da região encontra-se subdividida em unidades fitoecológicas com ecossistemas associados, pertencentes ao bioma da Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista, apresentando ainda, um ecótono de Transição da Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista. A floresta Ombrófila Mista é conhecida popularmente por Mata-de-Araucária ou pinheiral. No que tange a Floresta Estacional Semidecidual, mais presente no PMGA, este tipo de vegetação é condicionada pela dupla estacionalidade climática (verão/inverno ou chuva/seca). Pelo fato de compreender uma região de ecótono, a vegetação natural remanescente assume importância fundamental para estudos aprofundados sobre a dinâmica e aspectos ecológicos visando o entendimento das relações e interações históricas da distribuição natural da vegetação de forma a subsidiar ações para a conservação da biodiversidade.

Alguns registros da vegetação, de aspectos físicos e da integridade dos recursos naturais da unidade pesquisada podem ser observados no apêndice 1.

Análise prévia das condições de gerenciamento do PMGA

Por meio dos estudos de campo, utilizando os indicadores já mencionados, técnicas de observação e entrevistas não formais, chegou-se a construção e análise do Quadro 1, tendo em vista facilitar a visualização da situação atual dos indicadores e avaliação prévia da unidade.

INDICADORES	AVALIAÇÃO
Existência e atualidade do plano de manejo	O parque não contém na atualidade um plano de manejo, porém, possui algumas diretrizes descritas no decreto de criação, auxiliando na gestão do parque e garantindo a integridade parcial da área.
Zoneamento (Zona de amortecimento urbana)	Não existe nenhum modelo de zoneamento interno. A zona de amortecimento não é respeitada e até é desconhecida por todos os envolvidos com a UC.

SEURB

II Simpósio de Estudos Urbanos:

A dinâmica das cidades e a produção do espaço

Compatibilidade dos usos com os objetivos da unidade	Não há completa compatibilidade dos usos com os objetivos da unidade, pois além da conservação dos recursos naturais a unidade também tem como objetivo recreação e lazer para comunidade do entorno, o que não ocorreu até o momento.
Presença de Programas de Manejo	Não há a presença de programas de manejo na área atualmente, salvo algumas iniciativas de prática de Educação Ambiental por parte de professores do Colégio Estadual Profª Ivone Soares Castanharo.
Pesquisas e projetos	Foram encontrados trabalhos de alunos da UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão e alunos do Colégio Estadual Profª Ivone Soares Castanharo com participação e orientação de professores do estabelecimento de ensino.
Presença de um gestor responsável pela unidade	O secretário de meio ambiente do município se coloca na condição de responsável, mas não como gestor.
Quantidade e qualidade de pessoal	Não há funcionários específicos para a unidade, os trabalhos de manutenção e limpeza, quando realizados, são efetuados por equipe itinerante. Embora mesmo apresentando certa experiência nos trabalhos corriqueiros da unidade esses funcionários não passaram por qualificação e capacitação voltadas às particularidades da área.
Infraestrutura	A unidade não apresenta nenhuma estrutura de manutenção ou mesmo recreação.
Demarcação física da UC	A demarcação física da unidade de conservação é estabelecida através de cercamento em 100% do perímetro da área.
Instrumento legal de criação da unidade	Decreto nº 2.262, de 13 de março de 2001.
Aplicação e cumprimento de normas	Nesse primeiro momento, as pessoas consultadas apresentaram desconhecimento de normas específicas para o uso do parque, mas algumas normas de caráter geral são cumpridas.
Apoio e participação dos moradores do entorno	Os moradores do entorno não apresentam participação nem ao menos apoio, aja vista muitos não tem conhecimento da existência do parque ou da sua função no meio urbano.
Apoio e/ou relacionamento Interinstitucional	Foi observado apoio e relacionamento interinstitucional através do Colégio Estadual Profª Ivone Soares Castanharo .
Isolamento ou insularidade	A área está em contato direto com áreas de preservação permanente e localiza-se a 1,2 Km da Estação Ecológica do Cerrado e a 4,3 Km do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.
Integridade de recursos hídricos presentes na unidade	Os recursos hídricos estão sujeitos à degradação por conta de nascentes desprotegidas e algumas situações que deixam em risco a sua integridade, a presença de lixo no solo, bem como a erosão existente no interior da área inviabilizam a plena conservação desses recursos naturais.(apêndice 1).
Exploração de recursos	Existência da retiradas clandestinas de recursos vegetais da UC.



naturais dentro das unidades	
Forma predominante de uso do entorno	Uso do entorno para agricultura, pecuária e urbanização.
Efeito de Borda	Existência do efeito de borda constatado através da presença de cipós, luminosidade e perda de biodiversidade.

Quadro 1- Indicadores do PMGA

Fonte- Organizado pelo autor

Constatamos que a inexistência de um plano de manejo nos coloca em uma situação de conflito quanto às causas dessa lacuna, quando questiona-se os responsáveis pelas UC geralmente as respostas são transformadas em perguntas, o que nos leva a pensar que essa área ainda esta em segundo plano.

Talvez o mais sério de tudo seja a compatibilidade do uso hoje, já que o objetivo de sua criação parece algo confuso para todos os envolvidos com a gestão, pois se as funções do PMGA fossem claras muitas das lacunas identificadas poderiam ser minimizadas.

O apoio dos moradores seria primordial para manutenção e integridade dos recursos naturais da área, essa variável nos encaminha para algumas possibilidades, uma delas seria promover campanhas educativas que demonstrassem a população à importância de áreas conservadas para manutenção do conforto ambiental. Outra possibilidade seria a implantação de estruturas de lazer, com finalidade de aproximar a sociedade do verde, do natural gerando assim sentimento de pertencimento, de querer cuidar.

A implantação de infraestrutura de lazer não é a única possibilidade, mas com certeza, pelas informações oferecidas por moradores do local é a mais esperada, o problema que essa medida também pode acarretar alguns empecilhos, como a utilização da área de maneira inadequada, caso não haja um bom acompanhamento.

A falta de um gestor na unidade pode ser explicada pelo porte do município, mas parcerias institucionais com universidades poderiam se apresentar como uma alternativa viável, pois a presença de um responsável qualificado pode minimizar muitas das falhas identificadas.

A partir das informações obtidas nessa primeira análise, foi possível diagnosticar alguns problemas graves, essa situação não parece ser única do PMGA, observações de caráter generalista demonstram que unidades localizadas em outros municípios da região também passam por problemas parecidos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesse trabalho preliminar, considerando os âmbitos de planejamento e ordenamento, administrativo e proteção dos recursos naturais, foi possível entender que os indicadores escolhidos são suficientes para avaliação da gestão do PMGA, mas é de fundamental importância ouvir moradores próximos e responsáveis em tempos passado e presente.

O fato da unidade pesquisada estar próxima de áreas de preservação permanente, uma Estação Ecológica e outro parque municipal, chama a atenção para outras pesquisas que se aprofundem nessa particularidade e evidencie informações que sejam úteis aos gestores dessas áreas.

A partir do trabalho realizado, a que se ponderar sobre todos os fatores e elementos que devem ser melhorados para presença e manutenção, de unidades de conservação no espaço periurbano, visando assim à conservação dos recursos naturais, a integridade física dos visitantes e a qualidade da saúde das populações do entorno. Nesta perspectiva entendemos ser fundamental a elaboração de um plano de manejo capaz de atender as particularidades desta unidade.

Ainda salientamos a possibilidade da elaboração de um plano interativo entre as unidades de conservação urbanas e periurbanas do município de Campo Mourão, entendendo ser esta a melhor alternativa para a gestão dessas áreas protegidas.

REFERENCIAS

AB'SÁBER, A. N. Os Domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AYOADE, J. D. Introdução à Climatologia para os trópicos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRITO, M.C.W. Unidades de Conservação - Intenções e Resultados. São Paulo: FAPESP / Editora Annablume, 230 p., 2000

CAMPOS, J. B. 1996. Unidades de conservação no Estado do Paraná: ações e contradições. IF - Série registros, São Paulo, (17):1-11, 1996.

CAMPO MOURÃO. Decreto nº 2.262, de 13 de março de 2001

CORRÊA, R.L. O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática, 1999.



FARIA, H. H. de. Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil. 2004. 401 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2004.

GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. 1998. Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS) 2002. Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto. Brasília: IBAMA.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1992. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Rio de Janeiro, IBGE. 92p. (Série Manuais Técnicos em Geociências, 1).

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. Parques urbanos no Brasil . São Paulo: Edusp, 2003.

MAACK, R. Geografia Física do Estado do Paraná. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S/A, 1968.

MILANO, M. S. Unidades de Conservação: atualidades e tendências. Curitiba: Fundação o boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MOURA, J. R. S.; COSTA, V. C. da. Parque Estadual da Pedra Branca: O desafio da gestão de uma unidade de conservação em área urbana. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.) Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Cap. 7.

PARANÁ, Lei Estadual nº 7.957 de 21 de novembro de 1984.

PLANO DE MANEJO - PARQUE ESTADUAL LAGO AZUL – 2005

NUCCI, João Carlos & CAVALHEIRO, Felisberto. Qualidade ambiental e adensamento: um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília (MSP) Tese (Doutorado em Geografia Física). Universidade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo 1996, 229p.

ROSS, J. L. S. (Org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.

VELOSO, H.P.; RANGEL-FILHO, A.L.R. ; LIMA, I.C.A. 1991. Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema Universal. Rio de Janeiro. IBGE/DERMA, 124p.

19, 20 e 21 de agosto de 2013

SEURB

II Simpósio de Estudos Urbanos:

A dinâmica das cidades e a produção do espaço

Apêndice 1



Foto 1: Área de borda com a presença de Leucena .
Fonte:Cardoso2012



Foto 2: Exemplo de árvore nativa (*Parapiptadenia rigida*) .
Fonte:Cardoso2012



Foto 3: Resíduos carregados para o interior da unidade.
Fonte:Cardoso2012



Foto 4: Área de Nascente localizada no interior do parque..
Fonte:Cardoso2012



Foto 5: Emissário de galeria de águas pluviais localizado no interior do parque .
Fonte:Cardoso2012

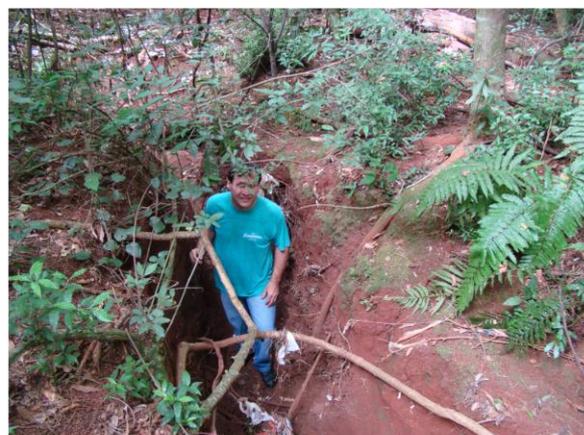


Foto 6: Erosão provocada pelo emissário .
Fonte:Cardoso2012

19, 20 e 21 de agosto de 2013

SEURB

II Simpósio de Estudos Urbanos:

A dinâmica das cidades e a produção do espaço



Foto 7: Araucária sendo sufocada por invasoras .
Fonte:Cardoso2012



Foto 8: Resíduos sólidos levados por galeria pluvial.
Fonte:Cardoso2012



Foto 9: Exemplar de *Cedrela fissilis*-Cedro-branco.
.Fonte:Cardoso2012



Foto 10: Toca de animal silvestre
Fonte:Cardoso2012



Foto 11: Exeplar de *Araucaria angustifolia*-Pinheiro-do-Paraná
presente na unidade.
Fonte:Cardoso2012



Foto 12: Divisa da unidade com área rural .
Fonte:Cardoso2012